



THINK TANKS ULTRALIBERAIS: O CASO DO DISCURSO DO INSTITUTO MISES BRASIL SOBRE A PANDEMIA DO COVID-19(2021)¹

Leandro Nieves Ribeiro²

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente, Brasil

Resumo

Como citar:

RIBEIRO, L. N. Think Tanks Ultraliberais: o caso do discurso do Instituto Mises Brasil sobre a pandemia do Covid – 19 (2021). **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 152-180.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9134>

Recebido em: 2021-12-29

Devolvido para correções: 2022-02-23

Aceito em: 2022-05-09

Publicado em: 2022-09-22

Think tanks são institutos públicos ou privados que objetivam influenciar a opinião pública e até de políticas públicas em diversas áreas como educação, política, meio ambiente, saúde, segurança pública. A mundialização de *think tanks* e rápida expansão, bem como a recente literatura científica, demonstram que essas instituições são relevantes demais no cenário mundial, pois tentam persuadir a opinião pública com seus interesses políticos e econômicos, além de reproduzirem a colonização do pensamento ultraliberal. O objetivo do texto é analisar o discurso do Instituto Ludwig Von Mises-Brasil sobre a pandemia da Covid-19 através dos materiais publicados no seu site, entre janeiro e dezembro de 2021. A nossa hipótese é que o Instituto Mises Brasil potencializa o avanço do conservadorismo ao reproduzirem a desinformação, o negacionismo e teorias conspiratórias sobre a pandemia da Covid-19. Além disso, o discurso ultraliberal, defensor da liberdade individual, tensiona com a sociedade democrática e com as medidas adotadas pelas organizações públicas e governos para combater a pandemia.

Palavras-chave: Think tanks; Ultraliberalismo; Instituto Ludwig Von Mises – Brasil; Análise do discurso; Covid-19

¹A origem desse artigo ocorreu com a publicação do trabalho completo com o mesmo título nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT-UNESP. Entretanto, o presente artigo sofreu diversas modificações seja na sua estrutura, no recorte temporal do material analisado (que alterou de três meses para um ano), no aprofundamento de temas e devidas correções para publicação nesta revista.

²Licenciado (2013) e mestre (2016) em Geografia pela FCT-Unesp e especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria (2020) pela Unoeste. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Atualmente é Doutorando em Geografia pela FCT-Unesp e bolsista da Capes-Proex.

E-mail: leandro.nieves@unesp.br

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4862-5395>

THINK TANKS ULTRALIBERAIIS EN BRASIL: EL CASO DEL DISCURSO DEL INSTITUTO MISES BRASIL SOBRE LA PANDEMIA DEL COVID-19 EN 2021

Resumen

Los *think tanks* son institutos públicos o privados que tienen como objetivo influir en la opinión pública y incluso en las políticas públicas en diversas áreas como educación, política, medio ambiente, salud, seguridad pública. La globalización de los *think tanks* y la rápida expansión, así como la literatura científica reciente, demuestran que estas instituciones son muy relevantes en el escenario mundial, ya que tratan de persuadir a la opinión pública con sus intereses políticos y económicos, además de reproducir la colonización de ultraliberales. El objetivo del texto es analizar el discurso del Instituto Ludwig Von Mises-Brasil sobre la pandemia Covid-19 a través de materiales publicados en su sitio web, entre enero y diciembre de 2021. Nuestra hipótesis es que el Instituto Mises Brasil potencia el avance del conservadurismo por reproducir teorías de desinformación, negación y conspiración sobre la pandemia de Covid-19. Además, el discurso ultraliberal, que defiende la libertad individual, ejerce presión sobre la sociedad democrática y las medidas adoptadas por los organismos públicos y los gobiernos para combatir la pandemia.

Palabras clave: Think tanks; Ultraliberalismo; Instituto Ludwig Von Mises – Brasil; Análisis del discurso; Covid-19

THINK TANKS ULTRALIBERAIIS IN BRAZIL: THE CASE OF THE MISES BRASIL INSTITUTE SPEECH ON THE COVID-19 PANDEMIC IN 2021

Abstract

Think tanks are public or private institutes which aim to influence public opinion and even public policies in various areas such as education, politics, environment, health, public safety. The globalization of think tanks and rapid expansion, as well as recent scientific literature, demonstrate that these institutions are very relevant on the world stage, as they try to persuade public opinion with their political and economic interests, in addition to reproducing the colonization of ultraliberal thought. The aim of the text is to analyze the Ludwig Von Mises-Brasil Institute's discourse on the Covid-19 pandemic through its materials published on its website, between January and December 2021. Our hypothesis is that the Mises Brasil Institute enhances the advance of conservatism by reproducing disinformation, denial and conspiracy theories about the Covid-19 pandemic. In addition, the ultraliberal discourse, which defends individual freedom, puts pressure on democratic society and the measures adopted by public organizations and governments to combat the pandemic.

Keywords: Think tanks; Ultraliberalism; Ludwig Von Mises Institute – Brazil, discourse analysis; Covid-19

Introdução

Think tank é uma instituição de intelectuais e pesquisa que objetiva influenciar a opinião pública e as políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública, entre outros. Existem mais de 11 mil *think tanks* no mundo, concentrando-se nos países hegemônicos e emergentes, com destaque para o Brasil, como o segundo maior país latino-americano com estes institutos.

Estes *think tanks* possuem diferentes correntes ideológicas e paradigmáticas que exercem influência no pensamento na sociedade civil, que repercutem nas disputas territoriais materiais e imateriais da sociedade. A pesquisa preocupa-se com os institutos ultraliberais¹ que potencializam a conflitualidade e o conservadorismo ao reproduzirem a desinformação - interpretações equivocadas, desqualificantes ou sem uma visão crítica como uma estratégia política - que determinam o desenvolvimento territorial, paradigmático e o avanço do conservadorismo na sociedade com tensões na sociedade democrática.

O presente artigo busca analisar o discurso do Instituto Ludwig Von Mises - Brasil - também chamado de Instituto Mises Brasil (IMB) ou apenas Mises Brasil - por ser o *think tank* ultraliberal mais popular entre os jovens brasileiros e que defende uma visão pró-mercado, pró-privatização e outras relacionadas à corrente libertária e ultraliberal. Além disso, este *think tank* contribuiu para a formação do contra-público ultraliberal, proporcionando o aumento do conservadorismo, o que corroborou com o golpe-*impeachment* da Dilma Rousseff em 2016, cooperou para radicalidade política e a eleição de políticos ultraliberais conservadores em 2016, 2018 e 2020.

Como estudo de caso deste artigo delimitou-se a análise de materiais publicados no site do IMB sobre a pandemia da Covid-19 (Sars-CoV-2), entre janeiro e dezembro de 2021. O contexto pandêmico é atual e favorece a análise das implicações da ideologia ultraliberal e o conservadorismo promovidas por esse instituto. Para isso, utilizarei a metodologia da análise do discurso nos materiais publicados no site do IMB para identificar e examinar o

¹ O ultraliberalismo, conforme explicaremos posteriormente, é entendido como uma visão mais radical do capitalismo de livre mercado, tendo diferentes grupos como o objetivismo, o minarquismo, o libertarianismo e o anarco-capitalismo.

funcionamento do discurso ultraliberal que defende a liberdade acima das medidas de restrição (do isolamento social, quarentena e o *lockdown*) e de segurança (do uso de máscara, álcool em gel e de vacina).

O artigo foi subdividido em 4 seções, na primeira seção aborda-se o contexto dos *think tanks* no mundo e no Brasil, destacando as principais discussões acadêmicas como o conceito, tradução e a escassez de pesquisa. Analisa-se a origem e mundialização dos *think tanks*, problematizando a concentração nos países desenvolvidos e emergentes, como o caso estadunidense. No final desta seção, apresenta-se um brevemente histórico dos primeiros institutos brasileiros, que surgiram na década de 1950 e os atuais, destacando os *think tanks* ultraliberais.

Na segunda seção enfatiza-se a relevância e problematiza-se a intencionalidade e as consequências desses institutos na sociedade, como forma de colonização do pensamento e da disputa territorial, paradigmática e geopolítica. Dialogando com o conceito de contra-público ultraliberal, busca-se compreender como os *think tanks* ultraliberais contribuíram para a territorialidade conservadora, aumento da radicalidade política e produção de desinformação e negacionismo. Na terceira seção apresenta-se o histórico do Instituto Mises Brasil, descrevendo a sua origem, funcionamento, materiais e demais informações que mostram como influenciam a opinião pública. Por fim, na quarta seção, o discurso do instituto sobre a pandemia do Covid-19 é exposto, considerando os textos publicados entre janeiro e dezembro de 2021, refletindo sobre os efeitos do discurso ultraliberal na sociedade.

Os *Think Tank* no mundo e no Brasil

O termo *think tank* possui uma variedade de traduções como pensadores ofensivos, reservatório de ideias, usina de ideias, centros de cérebro e institutos permanentes de pesquisas (RIGOLIN, HAYASHI, 2012; ROCHA, 2018). Independente da tradução, os *think tanks* são entendidos como instituições de intelectuais e pesquisa, de origem pública ou privada, que objetivam influenciar a opinião pública e as políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública, entre outros (HAUCK, 2015).

Cátia Costa (2017) destaca que os *think tanks* são as instituições que mais influenciam as políticas públicas a nível mundial e mesmo com essa relevância há poucos estudos sobre esses institutos. Conforme explica Secchi e Ito (2016) os *think tanks* são atores invisíveis e desconhecidos da população e que “as pessoas não conhecem sequer o termo *think tank*, exceção feita aos acadêmicos e jornalistas que vivem na comunidade epistêmica de políticas públicas” (SECCHI, ITO, 2016, p.346). No Brasil, as pesquisas acadêmicas sobre essas instituições, tanto nas áreas de Relações Internacionais, Ciência Política e Geografia são recentes e relativamente escassas (RIGOLIN, HAYASHI, 2012).

Hauck (2015) afirma que os primeiros *think tanks* tiveram sua origem nos EUA no início do século XX, passaram por profundas metamorfoses tornando-as mais complexas devido às crescentes concorrências entre elas, das hibridizações causadas pelos específicos contextos nacionais e até pelo desenvolvimento da globalização e da transnacionalização. A origem do termo “*think tank*” remonta ao jargão militar estadunidense das salas secretas destinadas às discussões durante a guerra (HAUCK, 2015; RIGOLIN, HAYASHI, 2012). Após a Segunda Guerra Mundial, o jargão ganhou notoriedade e sucesso com a expansão e influência estadunidense, promovendo a mundialização desses institutos. Somente entre 2016 e 2019 os *think tanks* cresceram 702% no mundo (INSTITUTO MILLENIUM, 2019), o que demonstra a demasiada relevância deles.

Para identificar a quantidade desses *think tanks* recorre-se a McGann (2021), do Instituto Lauder² da Universidade da Pensilvânia. No relatório do ano de 2020 foi identificado ao todo 11.175 mil institutos que estão espalhados em todos os continentes: a América do Norte (21,4%), Europa (26,2%) e Ásia e Oceania (30,3%) agrupam juntos 77,9% dos institutos no mundo, enquanto, a África e o Oriente Médio (11,4%), a América do Sul e Central (10,6%) reservam 22% (MCGANN, 2021). Esse dado evidencia que os países hegemônicos, seguido dos países emergentes, dominam a maioria dos *think tanks*, enquanto os países periféricos não possuem institutos próprios. Mesmo assim, é importante observar que mesmo que os países periféricos não tenham institutos próprios, diversos institutos estrangeiros atuam em outros países formando redes de influências transnacionais.

² Desde 2008, o Instituto Lauder publica um relatório anual chamado de *Global Go To Think Tanks* que identifica, registra e acompanha anualmente os principais no mundo (MCGANN, 2021).

Outro dado expressivo do mesmo relatório é a concentração nos EUA, que comporta sozinho 91,9% de institutos na América do Norte e 19,7% de institutos no mundo. Para ilustrar a concentração basta compará-los com os demais países com mais *think tanks*, como a China (12,6%), Índia (5,5%), Reino Unido (4,6%), Coreia do Sul (3,7%), França (2,5%), Alemanha (2,4%), Argentina (2,3%), Brasil (1,7%) e Vietnã (1,6%) (MCGANN, 2021). Resumindo o dado, os EUA têm: 1,5 vezes institutos a mais do que a China; 11,5 vezes a mais do que o Brasil; 1,7 vezes a mais do que juntos têm a África e Oriente Médio e o mesmo valor a mais também do que a América Latina. Esses dados demonstram a enorme influência e poderio estadunidense no mundo.

No Brasil foram identificados 190 *think tanks* (MCGANN, 2021), o que parece um número relativamente baixo, principalmente se comparado aos EUA. Contudo, o Brasil ocupa o segundo posto de país com mais institutos na América Latina e na América do Sul, sendo superado apenas pela Argentina com 262 institutos. Entre o período de 2008 e 2020, o relatório indicou no Brasil um crescimento acumulado de 387% de *think tanks*, o que fez o país ultrapassar a 24ª posição para a 9ª em 2020, e alcançar pela primeira vez o posto dos 10 países com mais institutos no mundo. No período de 2019 para 2020 houve o maior crescimento de *think tanks* no Brasil com 84%, superando o crescimento anual de 69% entre 2009 e 2010. Esses dados permitem aferir diversas reflexões sobre o motivo, a intencionalidade, a dimensão e o impacto desses institutos nesses países que promovem um interesse e disputa territorial, paradigmática e geopolítica (RIBEIRO, 2021a, 2021b).

De acordo com Secchi e Ito (2016), os primeiros *think tanks* brasileiros surgiram, entre a década de 1940 e 1950, com a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1944, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) em 1954, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955. Posteriormente, em especial após os anos 1980 e 1990, surgiram diferentes e variados tipos de *think tanks*: universitários (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e a FGV), grupos de interesse (Dieese e o Instituto de Transporte e Logística), com fins lucrativos (Patri Políticas Públicas), partidos políticos (Fundação Perseu Abramo) e de legado (Instituto Fernando Henrique Cardoso e o Instituto Lula) (SECCHI, ITO, 2016).

Os principais e atuais exemplos de *think tanks* no Brasil, segundo McGann (2021), são a já citada FGV, o Instituto Millenium (IMIL), o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Núcleo de Estudos da Violência (NEV USP), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Instituto Liberdade (IL-RS), a Fundação Perseu Abramo (FPA) e entre outros. Estes institutos são de diferentes áreas de atuação (administração, ciência e tecnológica, políticas sociais, educação, política externa, economia, meio ambiente, saúde...), de característica (centros de pesquisa, grupos de pesquisa, institutos de pesquisas) e de financiamento (setor privado, público e ou até de organização sem fins lucrativos).

Dentre essas variedades de *think tanks* no Brasil há os ultraliberais como o Instituto Liberdade, Instituto Liberal, Instituto Mises Brasil e outros que defendem postulados tais como: “imposto é roubo” e o “Estado é agressor”. Como já explicado, o presente artigo centra atenção apenas no IMB, tendo como estudo de caso o discurso do ultraliberalismo e seus efeitos durante a pandemia do Covid-19. A hipótese é que a disseminação desses discursos contribuíram e dificultaram as ações de governos e da sociedade no combate da pandemia, justamente pelo discurso ultraliberal ser contrário às medidas de restrição (do distanciamento, quarentena e o *lockdown*), à obrigatoriedade do uso de máscara e vacina. A seguir apresenta-se a discussão sobre os *think tanks* ultraliberais.

Problematizações sobre os Think Tanks Ultraliberais

Para iniciar as problematizações cito Rigolin e Hayashi (2012, p.22) que afirmam que “se as ideias importam, é natural que o estudo dos *think tanks* seja igualmente importante, porque estas são as instituições que ajudam a propagá-las”. Os *think tanks* são instituições relevantes para a sociedade civil ao oferecer conhecimento científico ou técnico que possa contribuir favoravelmente com a sociedade, seja influenciando a opinião pública ou auxiliando na criação de políticas públicas. Contudo, questiona-se nesse artigo a intencionalidade e o efeito negativo que determinados *think tanks* têm na propagação de ideias à sociedade, como o aumento do pensamento conservador, negacionista e desinformador, denominado de territorialidade conservadora (RIBEIRO, 2021a).

Nesse sentido, os *think tanks* defensores do pensamento econômico neoliberal e de outras correntes liberais, como o ultraliberalismo, são pensamentos com diferenças e semelhanças (ROCHA, 2018). Para ilustrar, define-se o neoliberalismo como a política econômica adotada principalmente pela Escola de Chicago, e reproduzida pelo Consenso de Washington de 1989, defensora do Estado mínimo. Já o ultraliberalismo é, como explica Rocha (2018), uma referência a ideologia pró-mercado mais radical em relação ao neoliberalismo e defensora do *laissez-faire*, como o objetivismo³, minarquismo⁴, o libertarianismo⁵ e os anarcocapitalistas (Ancaps)⁶. Embora sejam diferentes, as duas correntes têm muita proximidade a tal ponto de serem confundidas⁷ (MATO, 2007; ROCHA, 2018).

Conforme explica Solano e Rocha (2019), o pensamento econômico neoliberal tem várias dimensões que ultrapassam as relações capitalistas e funcionam como um sistema normativo que abarca discursos e práticas sociais e morais conservadoras. Por isso, de acordo com a concepção das autoras, é possível identificar nessa ideologia uma relação com a homofobia, sexismo, racismo e xenofobismo, considerando-os como pensamentos conservadores. No mesmo sentido, afirmo que o ultraliberalismo também possui relação com o conservadorismo. E assim, considero que os *think tanks*, seja neoliberal, ultraliberal ou de qualquer ideologia, estabelecem uma reprodução da colonização do pensamento, seja por meio de uma cultura civilizatória ou da concepção de modernidade (CECENÑA, 2013).

Ademais, esses institutos contribuem para uma formação da opinião pública com um consenso de que o desenvolvimento neoliberal ou ultraliberal é o caminho a ser seguido e busca tranquilizar a consciência social ao parecer como incontestável. Para Gomez (2008, p.249), o referido consenso “[...] *goza de una legitimidade incontestable [...] [y] aparece como el bálsamo necesario para tranquilizar la consciencia social*” e é reproduzido pelos organismos supranacionais,

³ O objetivismo é a defesa radical do capitalismo de livre mercado (ROCHA, 2018).

⁴ O minarquismo é a concepção de que as únicas instituições que devem existir sejam relacionadas à justiça e à segurança pública (ROCHA, 2018).

⁵ O libertarianismo é a defesa radical do capitalismo sem restrições de qualquer tipo, seja na moral ou na política da liberdade dos seres humanos de não serem coagidos uns pelos outros (ROCHA, 2018).

⁶ O anarcocapitalismo (Ancaps) defende a abolição do Estado, manutenção da propriedade privada, o livre-mercado e a soberania individual (ROCHA, 2018).

⁷ Mato (2007) nos ajuda a entender essa confusão em dois pontos: primeiro, que muitos dos promotores dessas ideias não se autodefinem como neoliberais, e sim como liberais; e segundo, que muitos deles apontam que as políticas comumente chamadas de neoliberais não são verdadeiramente liberais. Além disso, Rocha (2018) explica também que o uso da palavra “neo” não é bem aceita pelos liberais clássicos.

como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que ditam as políticas econômicas mundiais. De acordo com Mato (2007), além dessas organizações supranacionais existe uma rede de influências das ideias neoliberais ou ultraliberais que não se restringe a economistas ou políticos, mas também abarca grupos, organizações e institutos nacionais da sociedade civil da nova direita (CASEMIRO, 2018).

Como explica Mato (2007), depois da Segunda Guerra Mundial, o Friederich Hayek convidou 36 economistas, historiadores e filósofos para se reunirem em *Mont Pelerin* na Suíça para debater sobre os rumos da economia e do Estado na visão do liberalismo. Esse encontro serviu para que, em 10 de abril de 1947, fosse fundada a Sociedade *Mont Pelerin* com o objetivo de promover as ideias liberais e debater as teses defendidas por Hayek no livro “O caminho da servidão” (1945). Além dessa sociedade, Mato (2007) explica que Anthony Fisher, ao desejar seguir carreira política para defender o pensamento liberal, foi aconselhado pelo Hayek a evitar a política e a procurar incidir diretamente sobre os intelectuais, pois são estes os que influenciam a opinião pública e os políticos. Fisher, então, criou em 1981 a estadunidense *Atlas Economic Research Foundation* (formalmente chamada de *Atlas Network*), que hoje é uma importante rede de 200 *think tanks* em 67 países que articula e financia outros institutos de pesquisas e/ou organizações (neo)liberais latino-americanas.

É importante destacar que o Atlas e sua rede foram intencionalmente criados para defender o pensamento liberal e para influenciar a sociedade na reprodução de consensos. Outras organizações e institutos também foram criadas com o mesmo objetivo, como o Colóquio Walter Lippman (1938) e o *Foundation for Economic Education* (1946), entre outras (ROCHA, 2018). Assim pode-se afirmar que para divulgação e influência do pensamento liberal foi primordial criar organizações e institutos para reproduzir o consenso. Portanto, considera-se que esses institutos funcionam como instrumento para a disputa territorial, paradigmática e geopolítica (FERNANDES, 2005; RAFFESTIN, 1993; RIBEIRO, 2021a).

Os *think tanks* ultraliberais influenciam a opinião pública de diferentes formas: com textos, como o caso do Instituto Mises Brasil com o “Por que não é crime dirigir alcoolizado” (ROCKWELL, 2008), com publicações de imagens e memes nas redes sociais, *podcasts*, vídeos, tradução de livros, panfletos, *e-books* e *slogans*, como “Imposto é roubo”, “Menos Marx, mais Mises”, “Direitos humanos para humanos direitos” (ROCHA, 2018; SOLANO,

ROCHA, 2019). Com esses materiais, o IMB reproduz as ideias ultraliberais que influenciam a população formando, o que Rocha (2018) denomina de contra-público ultraliberal⁸.

Esse contra-público ultraliberal, que afetou sobretudo uma população jovem e de profissionais liberais de classe média e alta com acesso à internet e redes sociais como o Orkut, partilham de uma mesma identidade, interesse e discurso tão conflitivo com a cultura dominante que eles “[...] correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes (cujos discursos e modos de vida são tidos irrefletidamente como corretos, normais e universais)” (ROCHA, 2018, p.20). Como consequência, esse contra-público ultraliberal contribuiu para o avanço da onda conservadora no Brasil e da radicalidade política através de sua articulação com os movimentos sociais conservadores e outros grupos e líderes da nova direita.

Para ilustrar, as manifestações pró-*impeachment* da Dilma Rousseff em junho de 2013 e até 2016 foram organizadas, sobretudo pelo Movimento Brasil Livre (MBL)⁹, que possui afinidades e uma rede de relação com os *think tanks* conservadores (SOLANO, ROCHA, 2019). De acordo com Solano e Rocha (2019), o MBL foi criado por Fábio Ostermann, atualmente deputado estadual do Rio Grande do Sul, antes um integrante do grupo Estudantes Pela Liberdade (EPL). O EPL no Brasil foi criado em 2010, com participação de Fábio, Juliano Torres e Anthony Ling, esse último é filho de William Ling do Instituto Liberdade e Instituto de Estudos Empresariais, uma filial do *Students For Liberty* dos EUA. Uma importante relação é que o EPL foi organizado pela *Atlas Network*, aquela importante rede de *think tanks* ultraliberais já citada, o que evidencia os interesses estrangeiros neoliberais e ultraliberais com a articulação da nova direita no Brasil.

Além disso, as lideranças do MBL têm uma estreita relação com os *think tanks* ultraliberais e com os líderes de cada instituto. O Instituto Liberal, bem como o atual presidente Rodrigo Constantino dos Santos, um dos fundadores do Instituto Millenium e

⁸ O conceito de contra-público ultraliberal utilizado por Rocha (2018) foi adaptado do crítico literário estadunidense Michael Warner, como forma de superar a teorização de esfera pública e contra-públicos de Jürgen Habermas e de contra-públicos subalternos de Nancy Fraser. De acordo com Rocha (2018), Warner define o termo contra-público quando membros são persuadidos por uma performatividade disruptiva.

⁹ O MBL foi responsável por lançar figuras políticas como Kim Kataguari (cofundador e coordenador), Fernando Holiday (coordenador nacional), Arthur do Val (membro do MBL e youtuber do canal Mamãe Falei) e outros que disputaram as eleições posteriores como 2016, 2018 e 2020

colunista da Jovem Pan e de canais do YouTube articula-se com o MBL. O MBL também possui proximidade com o Hélio Beltrão (que é o presidente e criador do Instituto Mises Brasil), o “guru da nova direita” Olavo de Carvalho e com muitos outros influenciadores conservadores (MARIUTTI, 2020; SOLANO, ROCHA, 2019). Em resumo, há uma rede de *think tanks* ultraliberais que fortaleceu o recrudescimento da nova direita (RIBEIRO, 2021a, 2022a, 2022b).

Essas manifestações anticorrupção fortaleceram o sentimento antipetista e a defesa de projetos sociais mais (neo)liberais, como medidas de austeridade, reformas trabalhistas, flexibilização das leis ambientais e entre outras. Para Carvalho (2018, p. 114), as medidas adotadas após o golpe, que destituiu Dilma Rousseff, mostravam que “...boa parte da elite econômica desejava-se salvar-se dos custos de umas das maiores crises econômicas da história recente, impondo-os sobre o restante da sociedade”. Essa necropolítica¹⁰ econômica no governo de Michel Temer se amplificou no governo de Jair Bolsonaro com uma mistura de ódio e política “antipetista”, “anticorrupção” e o “marxismo cultural”, onde o medo de uma “ameaça comunista” promoveu uma guerra cultural estimulando o ódio e a perseguição contra políticos, intelectuais, artistas, grupos, movimentos sociais e entre outros que aderem ao espectro político da esquerda (CARAPANÃ, 2018). O ódio e o radicalismo político, que são ferramentas da guerra de discurso, geram tensões conflitantes e ameaçadoras para a sociedade, a democracia e ao bem-estar-social (RIBEIRO, 2022a; 2022b).

Instituto Ludwig Von Mises no Brasil

O Instituto Ludwig Von Mises – Brasil ou como é popularmente chamado de Instituto Mises Brasil (IMB) foi fundado em São Paulo no ano de 2007. O IMB foi criado como uma adaptação brasileira do Instituto Von Mises do EUA, homenageando o liberal

¹⁰ O termo necropolítica foi criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, com base no conceito de biopolítica de Michael Foucault, que é entendida como a arbitrariedade do Estado em decidir quem deve viver e quem deve morrer, pelo qual a população de baixa renda é a principal vítima. Essa governamentalidade ocorre quando o Estado reduz ou deixa de investir em políticas públicas que afeta os mais pobres ou age com violência ou discriminação em regiões periféricas (MBEMBE, 2011). Portanto, o que relaciono no governo Temer com a necropolítica é justamente as medidas adotadas após o golpe-*impeachment* que afetam o bem-estar-social da população mais pobre como as políticas de austeridade, reforma trabalhista, flexibilização das leis ambientais, limite do teto de gastos e entre outras.

Ludwig Von Mises que é cultuado pelos liberais por supostamente ter refutado a teoria do cálculo socialista ao publicar o livro “O Cálculo Econômico sob o Socialismo” (1920).

O Mises Brasil tem um site oficial¹¹ que se apresenta com o objetivo de produzir e disseminar os estudos econômicos que promovam princípios liberais, como o livre mercado e a defesa da propriedade privada e redução do Estado na economia (MISES BRASIL, 20??). O instituto reproduz os pensamentos da Escola Austríaca, que conforme já explicado versa sobre uma ideologia pró-mercado mais radical do capitalismo, inclusive, aliando-se com os chamados anarcocapitalista (Ancaps), com a ideia de que “imposto é roubo” e que, principalmente, lutam contra o Estado e a favor das empresas capitalistas (MARIUTTI, 2020; SOLANO, ROCHA, 2019). Entre as principais referências intelectuais do IMB estão Ludwig Von Mises (1881-1973), Friedrich Hayek (1899-1992)¹² e Murray Newton Rothbard (1926-1995).

Por meio da produção de diversos materiais (textos curtos, artigos de autoria própria ou traduzidos de autores conceituados da Escola Austríaca ou da sede do Instituto estadunidense) o IMB propaga as suas ideias sobre temas da economia, política, direito, filosofia e assuntos atuais. Dentre alguns textos publicados pelo instituto destaca-se “Se você gosta da natureza, privatize-a” (13 de janeiro de 2011), “Os artistas, os defensivos agrícolas e a máxima de Nelson Rodrigues”, “Ao contrário do que diz o senso comum, não existem recursos naturais” ou “Quem realmente cria monopólio, oligopólios e cartéis?” (25 de junho de 2020). São através desses materiais textuais, com títulos sensacionalistas, diretos e que busca mostrar uma verdade absoluta o instituto influencia a opinião pública.

No menu do site tem outras seções como de ensino, *podcast*, multimídia e agenda com eventos do IMB, que mostram também a diversidade de formas de persuasão. Na parte de ensino é oferecido: uma pós-graduação, que é uma especialização de 18 meses em Escola Austríaca com custo total de R\$10.782; a escola de verão, que oferece quatro dias de cursos num custo de R\$899,00; e a revista Mises, que foi criada em 2013 com o nome de “MISES:

¹¹ O site oficial do Instituto Mises Brasil é em <http://www.mises.org.br/>

¹² Hayek também pode ser considerado por alguns intelectuais como pertencente à escola neoliberal por defender que o Estado deve atuar ativamente na regulação para o funcionamento do livre-mercado (ROCHA, 2018). Entretanto, Hayek foi o responsável por retomar o pensamento da Escola Austríaca no século XX, o que causou uma cisão entre os *new liberals*.

Revista interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia” e publica textos mais científicos, tendo autores estrangeiros e brasileiros como o economista Adriano Paranaíba (professor de Economia do Instituto Federal de Goiás) e o economicista Fabio Barbieri (professor da Faculdade de Economia e Administração da USP).

O *podcast* do Mises Brasil é um programa semanal, com atualmente 459 episódios, até 28 de dezembro, e conduzido por Rodrigo Saraiva Marinho, que se apresenta como advogado, mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e liderança do Partido Novo. O tema do programa de *podcast* segue a linha do pensamento do instituto tendo como títulos “307º Como privatizar os correios?” (12 de março de 2018), “316º -A verdade sobre Cuba” (14 de maio de 2018), “410º - Libertários podem fazer a diferença” (01 de junho de 2020) ou “415º - Como desestatizar o Brasil” (06 de julho de 2020). Ainda sobre o *podcast*, foram encontrados programas com propaganda política do Partido Novo, como o programa 432º que convida o candidato a prefeito de SP, o Arthur do Val (25 de novembro de 2020), do canal de YouTube Mamãe Falei e membro do MBL, e o 433º com a vereadora Janaína Lima de SP (8 de dezembro de 2020). É importante relatar a presença do conservador monarquista Luiz Philippe de Orleans e Bragança¹³ em dois *podcasts*: no episódio “221º - Luiz Philippe de Orleans e Bragança” (03 de junho de 2016) e 282º- Por que o Brasil é um país atrasado (29 de agosto de 2017).

Na seção de multimídia há uma biblioteca digital, com *e-books* de diversos títulos como: a “Anatomia do Estado”, “A ética da liberdade”, “A grande depressão americana” de autoria de Rothbard; “Ação humana: um tratado de economia” e “A Mentalidade Anticapitalista” de Ludwig Mises; e até livros de brasileiros como “Artigos para se entender a crise” do economista Leandro Roque, a “A economia do intervencionismo” do economista Fabio Barbieri e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica na Justiça do Trabalho” do advogado Rodrigo Marinho. Foi interessante notar que ao fazer o *download* do *e-book*, é necessário preencher um cadastro para receber e-mails com boletim de novidades sobre as atividades, cursos e texto do IMB.

¹³ Luiz Philippe de Orleans e Bragança, descendente da família dos imperadores brasileiro, estreou na política em 2018 como deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL). Segundo Jiménez (2019), o próprio presidente Bolsonaro, na época do PSL, cogitava escolher o atual deputado federal como vice-presidente de sua chapa. Porém o Bolsonaro acabou desistindo da nova chapa por causa de fotos comprometedoras de Luiz.

No site há também uma loja virtual com venda de camisetas, caneca e bandeira com *slogans* de “imposto é roubo”, “mais liberdade, menos Estado”, “*Be Nice, don’t be communist?*”, e tem um campo para receber doações financeiras e até um clube de benefícios. Esse clube oferece diversos tipos de benefícios e de custo, desde o mais básico ao mais completo, com pagamento anual de R\$700,00 ou até R\$10.000,00 que dependendo da sua contribuição receberá brindes como 1 livro, 1 gravata do IMB, acesso a conteúdo exclusivos, desconto na pós-graduação que eles oferecerem, participação no grupo do Telegram, acesso VIP a eventos e até o Brasão do IMB.

Além do *site*, o IMB tem redes sociais e contas oficiais¹⁴ no Facebook (274.977 seguidores), Twitter (44.538), Instagram (103.000 seguidores), Youtube (75.000 inscritos) e LinkedIn (8.185 seguidores) que, principalmente, divulgam seus próprios materiais do *site* e outros de seus interesses que versam sobre a ideologia ultraliberal. Em Mises Brasil (2019, não paginado), o instituto é referenciado como “líder em diversas categorias do *ranking* IMPACTO DIGITAL” de *think tanks* liberais com mais seguidores nas redes sociais fora dos EUA, o que demonstra a popularidade do Mises Brasil que chama atenção por reproduzir um pensamento radical para a opinião pública.

O presidente do instituto é Hélio Marcos Coutinho Beltrão¹⁵, que fundou o Instituto Millenium, e que participa ativamente em diversos espaços no IMB desde a publicação de textos de sua autoria, em *podcast* ou em vídeos e até nos cursos. Hélio também tem uma aproximação com os demais *think tanks*, como o Millenium e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), e com as demais organizações da nova direita, como os já citados MBL e EPL. Além disso, Mori (2020) entrevistou o presidente do instituto ultraliberal, pela BBC News Brasil São Paulo, que afirmou ter uma relação muito próxima com Ministro da Economia Paulo Guedes (que também fundou o Instituto Millenium), demonstrando uma afinidade política e econômica com o governo Bolsonaro. Uma outra aproximação com o presidente Bolsonaro¹⁶, é a defesa pública do uso da hidroxicloroquina para combater a

¹⁴ Informações verificadas no dia 29 de dezembro de 2021.

¹⁵ O nome completo é Hélio Marcos Coutinho Beltrão, que é filho do ex-ministro Hélio Marcos Pena Beltrão dos governos militares de Costa e Silva e de Figueiredo.

¹⁶ O presidente Jair Bolsonaro assim como o ex-presidente estadunidense Donald Trump recomendaram fortemente o uso de hidroxicloroquina para combater a pandemia da Covid-19 (CORACCINI, 2021).

pandemia da Covid-19 em um vídeo no Youtube do IMB¹⁷, *podcast* do IMB¹⁸ e principalmente em seu *Twitter* pessoal e na coluna da Folha de SP (BELTRÃO, 2020) por parte do presidente do instituto. É importante ressaltar que a OMS concluiu em 02 de março de 2021, que a hidroxicloroquina não funciona no tratamento contra a Covid-19, e que seu uso pode causar efeitos adversos (CORACCINI, 2021). Na próxima seção, analisa-se o discurso do IMB sobre a pandemia do Covid-19.

Análise do discurso do Mises Brasil sobre a Pandemia

A análise do discurso do Mises Brasil sobre a pandemia da Covid-19 foi feita com material publicado no site oficial no período entre janeiro e dezembro de 2021. A intenção é identificar a conflitualidade do pensamento ultraliberal sobre a atuação do governo brasileiro no combate à pandemia.

Antes de começar a analisar o discurso é relevante explicar a metodologia. A análise do discurso utilizada foi proposta por Barros (2015), que fez uma adaptação da metodologia da corrente francesa de Michel Pêcheux com a ferramenta da interdiscursividade, que é uma relação entre a ideologia e a formação discursiva. Intenciona-se com a análise, avaliando a busca pelo efeito de sentido que é a relação entre língua e ideologia, uma vez que os textos não são neutros. Portanto, propõe-se entender os “atravessamentos discursivos”, isto é, de identificar no texto os principais argumentos e a lógica ultraliberal.

O Mises Brasil publicou diversos tipos de materiais como artigos, textos e *podcast* sobre a pandemia do Covid-19 desde de 2020. Buscando um melhor recorte, utilizei o campo de pesquisa no *site* palavras-chave como Covid-19, *lockdown* e vacina, o que nos indicou 12 textos publicados entre janeiro e dezembro de 2021. Desse total, selecionei os textos com referências diretas nos títulos, o que levou a excluir dois textos cujo tema margeavam outros assuntos e não debatiam os assuntos desejados¹⁹. Pela limitação de páginas desse artigo,

¹⁷ O vídeo foi publicado no dia 25 de março de 2020 com o título “O lockdown, a hidroxicloroquina e o uso off-label - Hélio Beltrão entrevista Claudio Lottenberg” e está disponível em <https://youtu.be/tJP9sdlzS7c>

¹⁸ O *podcast* citado é o “401º - COVID-19: Consequências e possíveis soluções (Hélio Beltrão)”, publicado no dia 30 de março de 2020.

¹⁹ Os textos excluídos tratavam sobre o funcionalismo público, “luta de classes” na concepção da direita e por fim, a “tragédia” de querer o mundo.

selecionei 3 textos principais para cada palavra-chave, ou seja, são 3 textos sobre Covid-19, mais 3 sobre *lockdown* e mais 3 sobre vacinas - que serão apresentados nessa mesma ordem.

O primeiro texto é intitulado de “E se o Coronavírus houvesse se espalhado sem ser detectado?” (05 de fevereiro de 2021) e assinado pelo estadunidense John Tamny, editor do site *Real Clear Markets* e contribuidor da Revista Forbes. Tamny (2021, não paginado) inicia o texto questionando “como seria se o coronavírus houvesse se espalhado, mas sem jamais ser diagnosticado ou detectado?” após afirmar que os *lockdowns* são “inefcazes, trágicos e desnecessários” e responde que existe um “pânico global” sobre a pandemia. Ao longo do texto, o autor imagina se a atual pandemia da Covid-19 ocorresse há 100 anos comparando que antes “ninguém poderia se dar ao luxo de ficar em casa” e que o “povo teria se revoltado”. Alega que a expectativa de vida a 100 anos atrás era relativamente baixa e que por causa de doenças como pneumonia, tuberculose, meningite não havia um “número suficientemente alto de idosos” e que por isso, o vírus “talvez nem sequer teria sido descoberto”.

Nesse pensamento, Tamny (2021, não paginado) reflete que “Não é exagero nenhum dizer que o coronavírus é um vírus ‘para o mundo rico’. Fechar o comércio, proibir as pessoas de trabalhar” e viver do “assistencialismo do governo é um arranjo que apenas sociedades muito ricas podem se dar ao luxo de implantar”. Também diz que “apenas em um mundo em que os idosos são realmente velhos é que o vírus consegue ter qualquer correlação notável com a morte”, ignorando que as novas variantes atingem os demais grupos como crianças, jovens e adultos. O autor ainda avalia que o “vírus já estava aqui” ao dizer que é uma “questão de lógica” que o “vírus começou a circular pelo mundo em algum momento do segundo semestre de 2019, se não ainda antes” do dia 31 de dezembro de 2019, data do primeiro alerta sobre o coronavírus em Wuhan, na China. E ainda trata que a diferença de é que agora tem a “histeria” e finaliza que o melhor caminho” seria “deixar as pessoas viverem suas vidas”, com “liberdade”, e que os “jovens sejam infectados” para desenvolverem a imunidade, numa clara ideia de naturalização da morte ou até da necropolítica (MBEMBE, 2011).

O segundo texto é “A tirania, enquanto ela vigora, não é reconhecida por suas vítimas” (27 de fevereiro de 2021), de autoria do estadunidense Donald Boudreaux, que se

define como ex-presidente da organização liberal estadunidense Fundação por uma Educação Econômica. O texto apresenta como tema central a associação de que medidas restritivas são ferramentas da tirania ao ser “impostas” de forma “violenta, unilateral e criminosa”, o que chama de “socialismo sanitário”. Para Bourdreaux (2021a, não paginado), “a tirania sempre conta com o amplo apoio de suas vítimas, a maioria das pessoas que vive sob ela não tem conhecimento do terrível destino que as aguarda” e que as pessoas “acreditando que as ordens de *lockdown*, os decretos sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras e o fechamento de escolas são necessários para evitar perdas incalculáveis de vidas, as pessoas obedecem”. No raciocínio do autor, o “socialismo sanitário” impõe autoritariamente as medidas restritivas com “exageros e meias-verdades”, sem explicar ou debater o que é exagero e meia-verdade. Busca convencer o leitor de que as preocupações sanitárias são exageradas e que “[...] como acontece com toda tirania, a verdade acabará por emergir” e que no futuro “nossos filhos e netos darão risadas” sobre a pandemia do Covid-19, sem comentar sobre a quantidade de óbitos, o colapso de saúde em vários países e das variantes.

O terceiro texto “Com o enorme rombo orçamentário gerado pela Covid-19, por que não descriminalizar os jogos?” (29 de abril de 2021) de Pedro Costa e Daniel Homem de Carvalho, defende a descriminalização de jogos de azar como forma reforçar os cofres públicos do “enorme rombo orçamentário” causado pela pandemia. Costa e Carvalho (2021, não paginado) afirmam que “jogos são uma atividade econômica como qualquer outra: envolvem riscos e há tanto chances de ganhos quanto de perda” e que “não são mais arriscados do que abrir uma padaria, um salão de beleza...”. São críticos a “monopolização” do governo federal sobre a Loteria, o que chamam de “hipocrisia” e de que o “governo não odeia concorrência”, defendendo que não se pode proibir pessoas de jogar, pois fere a liberdade mais básica do indivíduo.

O quarto texto é “*Lockdown: a nova ideologia totalitária*” (26 de fevereiro de 2021) e tem autoria do estadunidense Jeffrey Tucker, Diretor-Editorial *do American Institute for Economic Research*. Tucker (2021, não paginado) compara o *lockdown* como um instrumento dos regimes totalitários como o fascismo, e afirma que existe essa nova ideologia chamada de “lockdownismo” onde pessoas “foram colocadas em prisão domiciliar” e que “milhões

de empreendedores e trabalhadores foram humilhados pelo estado, o qual, além de proibi-los de trabalhar, ainda afirmou que suas atividades não eram essenciais para ninguém” (TUCKER, 2021, não paginado). Na visão liberal do autor, a liberdade individual não pode ser restringida pelo Estado e a empresa e os empregos são colocados como mais importantes do que a proteção de indivíduos. A contaminação e a morte pelo Covid-19 são colocadas como fatores naturais, inclusive, de que existe uma “neurose com uma sociedade sem patógenos” (TUCKER, 2021, não paginado), banalizando as doenças.

O quinto texto é “Poderiam ao menos ter a decência de parar com as justificativas bizarras para o *lockdown*” (23 de março de 2021) e novamente de autoria de Bourdreaux. No início do texto é alertado que o autor tem diploma de bacharel em economia e direito, o que “melhorou acentuadamente [...] [sua] capacidade de avaliar políticas e processos econômicos” e discorre que muitos economistas que nunca estudaram formalmente direito têm “análise política equivocadas e conselhos irrealistas e contraproducentes” e até “análises e conselhos ruins” sobre as externalidades. Aqui percebe-se uma tentativa de conferir ao autor a validação de sua afirmação através de sua formação. Bourdreaux (2021b, não paginado) afirma que “*lockdowns* ignoram conceitos básicos de externalidade” e reforça a mesma “lógica” dos textos já citados, da banalização da Covid-19, em que a nossa sociedade sempre teve risco de doenças e que a imunidade natural (sem vacina) seria “melhor”. Nesse texto, o autor tenta justificar seu argumento afirmando que “que cada um de nós sempre, e inevitavelmente, expeliu para o ar que respiramos bactérias e vírus que potencialmente prejudicam [...] e às vezes matam [...] outras pessoas” e que “a vida como a conhecemos nunca poderia existir se cada um de nós tivesse o ‘direito de estar livre dessas bactérias e vírus espalhados por outras pessoas’ (BOURDREAUX, 2021b, não paginado).

Ao banalizar a Covid-19 e outros vírus, o autor afirma que desde 2020 existe um “medo histórico de Covid” feito por políticos e pela mídia e que “não faz sentido nenhum – nem em termos legais, nem em termos econômicos” de restringir a circulação e funcionamento de serviços. Afirma ainda que as pessoas vulneráveis devem se proteger das “externalidades de terceiros”, e não que “terceiros tenham suas vidas destruídas em troca de não respirarem sobre pessoas que podem e devem se proteger”. Completa que quem tem medo de ser contaminado tem “liberdade de ficar em casa”, mas que essa pessoa “não tem

o direito de proibir outras de manterem sua rotina diária [e] [...] tampouco de proibi-las de respirar em público”. Finaliza o texto, dizendo que as medidas de restrições foram “impostas com violência – em 2020”, sem especificar casos, e apela para o sensacionalismo de que “teme que essa regra destrutiva permanecerá [...] por muito tempo” (BOURDREAUX, 2021b, não paginado).

O sexto texto é “A melhor maneira de combater a atual carestia: reabrir todas as economias” (08 de junho) do estadunidense Anthony Geller. Geller (2021) faz uma análise econômica de que a pandemia aumentou a demanda nas indústrias no mundo por insumos e matéria-prima, o que levou a redução da oferta e aumento nos preços. O autor chama esse aumento de preços de colapso e argumenta que isso é temporário, desde que não tenha mais *lockdowns*. Para resolver o problema, o autor diz que “a solução é reabrir tudo” em relação às determinações de isolamento e lockdown, de uma forma bem simplista e sem considerar o aumento de contágios e mortes.

No sétimo texto, “Todas as vacinas importam — inclusive as importadas por empresas privadas” (08 de abril de 2021), de autoria de Hélio Beltrão e Anthony Geller, critica a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que suspendeu as decisões judiciais que autorizaram empresas privadas a importar vacinas sem a obrigação de doação integral para a União. A atual legislação, a lei Nº14.125/2021, permite que uma empresa compre doses de vacina desde que doe integralmente tudo para o Sistema Único de Saúde (SUS) até que o governo vacine os grupos prioritários (BRASIL, 2021). Para Beltrão e Geller (2021, não paginado), a lei atual é “bizarra” e que “quem realmente é ‘pela vida’ e ‘pela saúde’ tem de apoiar a compra e a destruição de vacinas por entes privados” e que “quanto mais vacinas forem importadas, maior será a oferta de vacinas em território nacional” é “melhor para todos os que querem se vacinar”.

Os autores não questionam sobre o ritmo da produção da vacina, se há oferta de insumos e entre outras questões técnicas. E ainda, afirmam que os argumentos contrários à compra de vacinas pela iniciativa privada são “no mínimo, esdrúxulos” e que “não há argumentação racional nenhuma”. No caso são transcritos trechos de discursos de políticos de esquerda, como o psolista Marcelo Freixo, os petistas Gleisi Hoffmann e Alexandre

Padilha e outros, que questionam que a compra pode levar a um descontrole sobre a política de vacinação e na desigualdade e elitização no acesso da vacina.

O oitavo texto “O atual sistema de patentes prejudica a inovação que pretendia incentivar” (12 de maio de 2021) de Hélio Beltrão critica principalmente que não existe propriedade intelectual e sim um monopólio protegido pelo estado e faz uma discussão sobre a quebra de patentes durante a pandemia. Beltrão afirma que a questão de quebra patentes na pandemia pode “piorar o que já é péssimo” ao se quebrar contratos de forma súbita e pondera que essa ação é feita por governos populistas que “querem ter tudo ao mesmo tempo” e que acaba desestimulando o investimento em inovações. Entretanto, o autor não aborda no texto que a quebra na pandemia, além de ser temporária, busca diminuir o preço dos imunizantes para torná-las mais acessíveis e para garantir mais possibilidade de vacinação nos países pobres, que justamente vem sendo distribuídos e aplicados de forma desigual.

Por fim o último texto é “Passaportes de vacina: uma maneira garantida de os regimes expandirem seus poderes” (20 de setembro) escritos pelos estadunidenses Martin Kulldorff (bioestatístico, epidemiologista e professor da Universidade de Harvard.) e Jay Bhattacharya (médico, economicista e professor da Universidade de Stanford), que ambos fazem parte do *Great Barrington Declaration*, que é um manifesto de epidemiologistas contrários às medidas de restrição, segurança e entre outras no combate a pandemia do Covid-19 (GREAT BARRINGTON DECLARATION, 2020). Kulldorff e Bhattacharya (2021) criticam principalmente que o passaporte de vacina é “ao mesmo tempo simples e estritamente autoritária” e que seu objetivo não é uma “forma de aliviar restrições, mas sim [...] um esquema coercitivo de forçar vacinações”. Explicam que o passaporte é “sem sentido, injusto e discriminatório”, pois a “ideia de que todas as pessoas do mundo precisam ser vacinadas é tão cientificamente insensata quanto a ideia de que ninguém precisa” (KULLDORFF, BHATTACHARYA, 2021). Além disso, afirmam que “as vacinas de Covid são essenciais para pessoas idosas e para aquelas com comorbidades” e que “as pessoas que já foram infectadas já estão imunes” (KULLDORFF, BHATTACHARYA, 2021), sem considerar em questão as variantes da Covid-19.

Feito a apresentação dos textos, agora sigo para a análise geral. Em primeiro lugar é relevante destacar que os autores são majoritariamente estadunidenses, apenas 3 são

brasileiros (Hélio Beltrão, Pedro Costa e Daniel de Carvalho). Essa predominância estrangeira demonstra como o pensamento liberal estadunidense domina esse instituto, o que permite relacionar o instituto como reprodutor do consenso liberal e ignorando as particularidades históricas, políticas, econômicas e sociais das regiões brasileiras.

Uma outra análise geral é que há dois discursos comuns nos textos analisados. O primeiro é que a imposição das medidas restritivas pelo Estado é compreendida como uma forma autoritária, totalitária ou disfarçada de um “socialismo sanitário”, pois na ótica ultraliberal as restrições, lockdown, uso obrigatório de máscara e de vacinação são uma afronta a liberdade individual. Essa associação é uma interpretação forçada, pois inverte o entendimento que a liberdade individual é mais relevante que a saúde coletiva e além de demonstrar o conspiracionismo. A inversão do entendimento de liberdade ocorre pois, como explica Mariutti (2017), o termo “liberdade individual” ganha diferentes conotações entre os precursores do liberalismo desde a Revolução Francesa e da democracia moderna, tornando-se então polissêmica e conceitualmente confusa entre a liberdade dos antigos e do moderno²⁰. Assim, a concepção de liberdade dos ultraliberais gera tensões com a sociedade democrática e com os governos que seguiram corretamente as recomendações sanitárias.

Outro fator que mostra que a compreensão de liberdade é inversa está relacionado com o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, pelo qual determina que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos...” (BRASIL, 1988). Esse artigo demonstra que as medidas de restrição (do distanciamento social, quarentena e o *lockdown*) e segurança (como o uso de máscara e de vacinação) são necessárias, pois a saúde coletiva é dever do governo e, portanto, que a saúde coletiva deve estar acima da liberdade individual. Dessa forma, o pensamento ultraliberal provoca uma tensão e conflitualidade com o estado

²⁰ A questão ocorre com Benjamim Constant, no livro “Da liberdade dos Antigos comparada à dos modernos” quando interpreta o individualismo e a possibilidade de autonomia na sociedade moderna na Revolução Francesa. Constant critica a liberdade dos antigos, que era constituída pela participação ativa e constante do poder coletivo e coercitivo, e defende a liberdade dos modernos, que para ele deveria ser segurança dos privilégios privados. Segundo Mariutti (2017) a liberdade dos antigos era adequada às condições da sociedade de seu tempo, enquanto a liberdade dos modernos havia uma concepção de se submeter apenas às leis mas na garantia de ser protegido contra a arbitrariedade e que a “liberdade individual privada deve se sobrepor às deliberações e aos deveres públicos” (p.3-4). O mesmo autor ainda afirma que a concepção de liberdade de Constant é oriunda do *laissez-faire*, o que se configura numa liberdade (negativa) em que o Estado deve assegurar o livre-comércio sem interferir no mercado e garantir a liberdade individual.

democrático de direito. Cruz (2021, não paginado), em matéria da Nexo, relaciona os perigos do pensamento dos defensores da liberdade durante a pandemia e reflete que “sem medidas restritivas, o Brasil ficará também sem perspectiva de sair do colapso sanitário em que se encontra”. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), essas medidas de restrição e de segurança são indicadas para retardar a transmissão do coronavírus, embora, reconheça que elas possam afetar a sociedade e até de gerar a crise econômica.

As medidas de distanciamento físico em grande escala e as restrições de movimento, frequentemente chamadas de 'travamentos', podem retardar a transmissão do COVID-19 ao limitar o contato entre as pessoas. No entanto, essas medidas podem ter um impacto negativo profundo sobre os indivíduos, comunidades e sociedades, ao trazer a vida social e econômica quase ao fim. [...] A OMS reconhece que, em certos pontos, alguns países não tiveram escolha a não ser emitir pedidos de permanência em casa e outras medidas para ganhar tempo (OMS, 2020).

Portanto, a concepção da OMS é que se necessário, os governos devem adotar medidas de restrição e segurança para evitar ao máximo os agravamentos na saúde, mesmo que tais medidas tenham consequências econômicas e sociais. No caso da vacinação em massa, cito Pedro Villardi, coordenador de Projetos do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI) da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, em entrevista para o podcast Café da Manhã (2021) que diz “...que a vacinação é uma estratégia de saúde pública coletiva e não existe imunidade individual. Ou o mundo inteiro está seguro, ou ninguém está seguro”. Esse trecho reforça três fatos: da necessidade da quebra de patentes temporária para baratear a vacinação; da vacinação de todos os grupos etários; e do esforço para a vacinação mundial, e não apenas nos países mais desenvolvidos.

Pelas reflexões acima, considero que os textos dos autores ultraliberais, além de tensionar a sociedade contra o estado democrático de direito, são sensacionalistas e desinformadores ao ignorar que as medidas restritivas e de segurança intencionam evitar o colapso de saúde nos hospitais com ocupação máxima de leitos nos hospitais, do descontrole de contaminações e surgimento de novas variantes. De fato, não existe uma saída fácil para combater a pandemia da Covid-19, entretanto, a saúde coletiva deve ser mantida acima da liberdade individual e até da economia - afinal, “a economia se recupera, já as vidas não!”. Portanto, as estratégias de quarentena, *lockdown*, obrigatoriedade de uso de máscara e vacinas

são necessárias para a saúde coletiva. Em relação às vacinas, os textos ultraliberais desinformam o leitor quando relacionam que nem todas as faixas etárias precisam de vacinação contra o Covid-19, como jovens e crianças, e que a imunidade natural é suficiente para evitar problemas sanitários. Sobre a distribuição de vacinas e da quebra temporária de patentes, o discurso ultraliberal reafirma o interesse no investimento privado, na lucratividade da empresa e no individualismo.

O segundo discurso comum é que existe uma ideia de “neura, histeria e exagero” sobre a pandemia do Covid-19, o que prejudica o pensamento crítico e que ignora os mais de 246,7 mil infectados e mais de 5 milhões de morte no mundo²¹, das novas variantes como Alfa, Beta, Gama, Delta e Ômicron, do colapso de saúde e na dificuldade de vacinação de países menos desenvolvidos. Essa visão ultraliberal, além de confundir a opinião pública, tem estreita relação com o negacionismo e o conspiracionismo – tal como uma dominação do “marxismo cultural”, que são pensamentos presentes na maioria dos grupos conservadores (MARIUTTI, 2020) da nova direita brasileira.

Conforme analisado, os textos reproduzem o discurso ultraliberal com a defesa da liberdade individual e da elite empresarial que ignoram, distorcem ou negam os problemas sociais e de saúde no Brasil, banalizando a doença e minimizando os seus impactos para a população mais pobre e vulnerável. Como consequência, esse discurso promove a desinformação, negacionismo científico e a teoria conspiratória que promovem, sobretudo, a radicalidade política com o aumento do contra-público ultraliberal e da influência conservadora na opinião pública (ROCHA, 2018; SOLANO, ROCHA, 2019).

Conclusões

Think tanks são instituições relevantes para a sociedade ao buscarem influenciar a opinião e políticas públicas por meio de pesquisas, artigos científicos, textos em blogs, episódios de *podcast*, vídeos de Youtube e entre outras formas. Criados nos EUA no século XX, os *thinks tanks* passaram por profundas metamorfoses tornando-se mais complexas. A mundialização e expansão dos *think tanks* possibilitaram que os *think tanks* tornassem ainda

²¹ Dados retirados de matéria da CNN com data de publicação e referência no dia 01 de novembro de 2021 (BEECH, KWON, 2021).

mais poderosas. A maioria dessas instituições e as mais influentes estão nos países hegemônicos, como os EUA, e até nos principais emergentes, como a China, o que representa uma relação de interesse, poder e uma reprodução da colonização do pensamento nos países periféricos ou do consenso como forma de cultura civilizatória. O Brasil é o segundo país com maior quantidade de *think tanks* na América Latina, representando, portanto, uma relevância geopolítica de *think tanks* que, paradigmaticamente disputam territórios e poder no país.

Os primeiros institutos brasileiros foram criados nas décadas de 1940 e 1950, e entre os diversos tipos e doutrinas econômicas defendidas pelos *think tanks*, problematizei nesse artigo a ascensão de institutos ultraliberais. Dentre esses institutos, foquei no mais popular, como o Instituto Ludwig von Mises-Brasil. Esse instituto brasileiro homenageia o pensador Ludwig Mises e foi criado em 2007 pelo conservador Hélio Beltrão, que teve afinidade com o governo Bolsonaro. O IMB através de seu site oficial e de suas redes sociais, reproduz o pensamento da Escola Austríaca, denominada de ultraliberalismo, por meio de materiais publicados como textos, artigos, cursos, podcast, vídeo no Youtube e até com venda de camisetas e canecas com frases como “Menos Marx, Mais Mises” e “Imposto é roubo”. Essa corrente de pensamento econômico defende uma visão mais radical de liberalismo, principalmente com os libertários e anarcocapitalistas que defendem o fim do Estado, a privatização, o livre-mercado e a liberdade individual, o que eleva a conflitualidade e o conservadorismo.

Como visto, esses *think tanks* ultraliberais contribuíram para a formação do contrapúblico ultraliberal que promoveu a territorialidade conservadora nas ruas desde 2013 e nas redes sociais que levaram à radicalidade política e ao golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Além disso, foi identificada uma ampla rede de influência de *think tanks*, movimentos sociais, influenciadores e organizações conservadoras que fortaleceram o recrudescimento da nova direita, possibilitando a eleição de políticos ultraliberais conservadores desde 2016 e do aumento da influência conservadora.

A partir da metodologia da análise de discurso, nos materiais publicados em 2021 sobre a pandemia da Covid-19, foi possível avaliar que o Instituto Mises Brasil reproduziu o pensamento de que as medidas de restrição e segurança são formas de autoritarismo ou

totalitarismo que ferem a liberdade individual e que prejudicam a economia. Esse discurso gera tensões na sociedade ao criticar as medidas de restrição e segurança que os governos utilizaram para o combate à pandemia, ignorando a saúde coletiva, o colapso dos hospitais, a aparição de novas variantes da Covid-19 e a importância da vacinação em massa. Além disso, foi identificado na análise que os textos ignoram, distorcem ou negam os problemas sociais e de saúde no Brasil contribuindo para a desinformação, o negacionismo e o conspiracionismo que promovem a disputa territorial e informacional.

Referências

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BELTRÃO, Helio. Liberem a hidroxicloroquina. **Folha de SP**. 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helio-beltrao/2020/03/liberem-a>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BELTRÃO, Helio. GELLER, Anthony. Todas as vacinas importam — inclusive as importadas por empresas privadas. **MISES BRASIL**. 08 abr.2021. Disponível em <https://www.mises.org.br/article/3339/todas-as-vacinas>. Acesso em: 12 dez.2021.

BELTRÃO, Helio. O atual sistema de patentes prejudica a inovação que pretendia incentivar. **MISES BRASIL**. 12 mai.2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3348/o-atual>. Acesso em: 12 dez.2021.

BRASIL. Lei nº14.125/2021. **Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado**. Brasília, 10 mar.2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.125> Acesso em: 12 dez.2021

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

BEECH, Samantha. KWON, Jake. Número de mortos por Covid-19 no mundo passa de 5 milhões. **CNN**. 01 nov. 2021. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mundo-passa-a-marca-de-5-milhoes-de-mortes-causadas-pela-covid-19/> Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

BOUDREAUX, Donald. A tirania, enquanto ela vigora, não é reconhecida por suas vítimas. **MISES BRASIL**. 27 fev. 2021. 2021a. Disponível em:

<https://www.mises.org.br/article/3317/a-tirania-enquanto-ela-vigora-nao-e-reconhecida-por-suas-vitimas> . Acesso em 12 fev.2021.

BOUDREAUX, Donald. Poderiam ao menos ter a decência de parar com as justificativas bizarras para o *lockdown*. **MISES BRASIL**. 23 mar.2021. 2021b. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3335/poderiam-ao-menos-ter-a-decencia> . Acesso em: 12 fev.2021.

CAFÉ DA MANHÃ: **O mundo deve quebrar as patentes das vacinas?** Entrevistado: Pedro Villardi. Entrevistador: Magê Flores, Mauricio Meireles. Folha de SP. 7 abr.2021. Podcast.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: SOLANO, Esther (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. Boitempo: São Paulo, 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. 1ª edição. São Paulo: Todavia, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CECENÃ, Ana Esther. Subvertir la modernidad para vivir bien. In: ORNELAS, Raul; BATRA, Armando (coords.). **Crisis civilizatoria y superación del capitalismo**. Primeira edição. UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, México, 2013, p.91-128.

CORACCINI, Raphael. OMS: Hidroxicloroquina não funciona contra Covid-19 e pode causar efeito adverso. **CNN**. 02 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/02/oms-cloroquina-nao-funciona-contra-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos> Acesso em: 15 mar. 2021.

COSTA, Cátia Miriam. Think Tanks num mundo globalizado. **Revista Janus**, Lisboa, v1., [s.i], p.110-111, 2017. Disponível em: <http://janusonline.pt>. Acesso em 08 mar. 2020.

COSTA, Pedro. CARVALHO, Daniel Homem. Com o enorme rombo orçamentário gerado pela Covid-19, por que não descriminalizar os jogos. **MISES BRASIL**. 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3345/com-o-enorme-rombo-orcamentario-gerado-pela-covid-19>. Acesso em: 12 dez.2021.

CRUZ, Isabela. Como o exercício da 'liberdade' afeta a coletividade na pandemia. 10 abr. 2021. **Nexo**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/10/> Acesso em: 03 mar.2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL**. A.6 n.16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

GOMEZ, Jorge Ramon Montenegro. “Los limites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural em América latina.” In: FERNANDES, (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. 1.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.249-274.

GELLER, Anthony. A melhor maneira de combater a atual carestia: reabrir todas as economias. **MISES BRASIL**. 08 jun. 2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3355/a-melhor-maneira-de-combater>. Acesso em: 12 dez.2021.

GREAT BARRINGTON DECLARATION. **The Great Barrington Declaration**. 20 out.2020. Massachusetts: EUA. Disponível em: <https://gbdeclaration.org/> Acesso em: 20 jan.2021

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. **Think Tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. 2015. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

INSTITUTO MILLENIUM. O que pensar sobre o projeto que criminaliza o abuso de autoridade? **Revista Exame**. 26 jun.2019. Disponível em <https://exame.com/blog/instituto-millennium/o-que-pensar-sobre-o-projeto-que-criminaliza-o-abuso-de-autoridade/>. Acesso em: 04 out. 2020.

JIMÉNEZ, Carla. O nem príncipe nem vice da política brasileira. **El País**. 15 nov.2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/politica/1573833639>. Acesso em: 25 jan. 2021.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime. People's Friendship University of Russia: Expressão Popular, Moscou, 2015.

KULLDORFF, Martin. BHATTACHARYA, Jay. Passaportes de vacina: uma maneira garantida de os regimes expandirem seus poderes. **MISES BRASIL**. 20 set. 2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3347/passaportes-de-vacina-uma-maneira-garantida-de-os-regimes-expandirem-seus-poderes->. Acesso em: 12 dez.2021.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Olavo de Carvalho e a onda conservadora contemporânea. **Textos para discussão**. Unicamp, Campinas, n.380, maio.2020.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Introdução ao pensamento liberal: sobre a liberdade em Benjamim Constant e em Alexis de Tocqueville. **Textos para discussão**. Unicamp, Campinas, n.285, fev. 2017.

MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. **CLACSO**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires. Julio 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto**. Tradução de Elisabeth Falomir Archambault. [s.l]: Melusina, 2011.

MCGANN, James G., **2020 Global Go To Think Tank Index Report**. Instituto Lauder, Universidade da Pensilvania, EUA, 2021. Disponível em: https://repository.upenn.edu/think_tanks/18 Acesso em: 18 mar. 2021.

MISES BRASIL. Quem somos. **Mises Brasil**. 20???. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/About.aspx>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MISES BRASIL. **MISES BRASIL 2019**. Panfleto digital com projetos nas redes sociais. 24f. 2019. Disponível em: <https://clube.mises.org.br/assets/doc/projetos.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MORI, Letícia. 'Se Bolsonaro acha que vai tirar o lado liberal e continuar com o mesmo apoio, está enganado', diz presidente do Instituto Mises. **BBC Brasil**. 14 ago.2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53774028>. Acesso em: 12 dez.2021.

OMS. Doença por coronavírus (COVID-19): imunidade de rebanho, lockdowns e COVID-19. Redação. **Organização Mundial da Saúde**. 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/herd-immunity-lockdowns-and-covid-19>. Acesso em: 15 jan. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos "reservatórios de ideias": uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p 20-33, mar. 2012.

ROCHA, Camila. **"Menos Marx, mais Mises"**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCKWELL, Lew. Por que não é crime dirigir alcoolizado. **MISES BRASIL**. 24 jun. 2008. Disponível em <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=115> Acesso em 05 jan. 2021.

RIBEIRO, Leandro Nieves. A rede de think tanks (neo)liberais: entre a persuasão e o avanço do neoconservadorismo no Brasil. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021a. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78056>. Acesso em: 21 dez.2021

RIBEIRO, Leandro Nieves. Think tanks (neo)liberais no Brasil: o caso do discurso ultraliberal do Instituto Mises Brasil sobre a Pandemia covid-19 em 2021. **Anais SEMANA DE GEOGRAFIA**, 21, 2021. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2021b. p.85-112. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13DDp9x>. Acesso em: 21 dez.2021

RIBEIRO, Leandro Nieves. Entre a persuasão e o avanço do (neo)conservadorismo: o contrapúblico ultraliberal formado pelos think tanks (neo)liberais no Brasil. **Anais SEMANA DE HISTÓRIA**, 20, 2021. Samambaia: UFG, 2022a (no prelo).

RIBEIRO, Leandro Nieves. Think tanks e a territorialidade neoconservadora da nova direita no brasil: uma análise do discurso do instituto liberal no e pós-golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff até as eleições de 2018. **Anais JORNADA DO TRABALHO**, 21, 2021. Santa Maria: UFSM, 2022b (no prelo).

SECCHI, Leonardo. ITO, Letícia Elena. *Think tanks* e universidade no Brasil: análise das relações na produção de conhecimento em política pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, Brasília, n. 46, p. 334-354, jan./jun. 2016.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas**. A crise política no Brasil. 1a edição. Expressão Popular, São Paulo, 2019.

TUCKER, Jeffrey. Lockdown: a nova ideologia totalitária. **MISES BRASIL**. 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3298/lockdown-a-nova-ideologia-totalitaria>. Acesso em: 12 fev.2020.

TAMNY, John. E se o Coronavírus houvesse se espalhado sem ser detectado?" **MISES BRASIL**. 05 fev.2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3327/e-se-o-coronavirus-houvesse-se-espalhado-sem-ser-detectado> . Acesso em: 12 fev.2020.